



**SOUSA, Ítalo Pereira de\***

<https://orcid.org/0009-0005-6851-3704>

**ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de\*\***

<https://orcid.org/0000-0002-0617-0540>

**RESUMO:** O patrimônio cultural e o enquadramento de memória são temas essenciais para o entendimento de como os patrimônios buscam perpetuar sua memória na sociedade, construindo assim uma memória coletiva. Nesse sentido, este artigo busca discutir como a interseção entre o patrimônio histórico e a construção da memória coletiva, afetam a manutenção da identidade cultural e da compreensão da história de uma sociedade através da formação de lugares de memória. Tais espaços que se tornam lugares de memória nem sempre possuem a mesma importância para todas as camadas da população, por vezes o surgimento de um patrimônio histórico parte de uma questão de poder, buscando assim representar a narrativa e as memórias de uma determinada camada social que detém o poder estruturante. Sabe-se que a preservação dos patrimônios históricos é fundamental para a perpetuação da herança cultural e para o entendimento das raízes de uma comunidade. No entanto, o simples ato de preservar esses bens não é suficiente; é igualmente importante enquadrá-los na memória coletiva de forma que tenha igual significado e relevância para a maioria daqueles que habitam o espaço, tornando-o um lugar de memória.

**PALAVRAS-CHAVE:** Patrimônio Histórico; Memória; Poder.

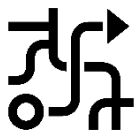
**ABSTRACT:** Cultural heritage and the framing of memory are essential topics for understanding how heritage seeks to perpetuate its memory in society, thus building a collective memory. In this regard, this article seeks to discuss how the intersection between historical heritage and the construction of collective memory affects the maintenance of cultural identity and the comprehension of a society's history through the creation of places of memory. Such spaces that become places of memory do not always hold the same importance for all layers of the population; at times, the emergence of historical heritage stems from issues of power, aiming to represent the narrative and memories of a particular social stratum that holds structural power. It is well-known that the preservation of historical heritage is crucial for the perpetuation of cultural heritage and for understanding a community's roots. However, merely preserving these assets is not sufficient; it is equally important to frame them within the collective memory in a way that holds equal significance and relevance for the majority of those who inhabitants of the space, turning it into a place of memory.

**KEYWORDS:** Historical Heritage; Memory; Power.

---

\* Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba. Graduado em História pela Universidade Estadual da Paraíba.

\*\* Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da UFRPE. Licenciada e Bacharel em Geografia pela UFPE. Doutora em Geografia pela USP.



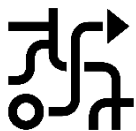
## 1. Introdução

A relação entre o patrimônio histórico e a memória é intrínseca, profunda, e quando se trata das suas manifestações materiais, está imerso em memórias que moldam parte da identidade cultural de onde atuam. Nesse sentido, surgem questionamentos acerca da atuação dos patrimônios históricos como lugares de memória para todos aqueles que os consideram e o reivindicam como tal. Esta é a problemática central que norteia esse trabalho, uma discussão que busca explorar as complexas interações entre o patrimônio histórico e a memória coletiva.

A escolha de abordar essa temática é motivada pela crescente importância que o patrimônio histórico desempenha na preservação e transmissão da história e da cultura. Se entende o patrimônio cultural como muito mais do que uma coleção de edifícios antigos; ele é um testemunho do passado, uma cristalização de identidades culturais e uma fonte de significado para sociedades presentes e futuras. Através de sua preservação, é possível manter viva a memória de eventos, estilos de vida e valores que moldaram a trajetória das sociedades que ali viveram ao longo do tempo.

Os patrimônios materiais e imateriais desempenham um papel crucial como guardiões da memória coletiva. Eles são os repositórios tangíveis e intangíveis das narrativas históricas e culturais de uma sociedade. Mesmo quando não estão bem preservados, mas são interpretados de maneira profunda em sua história, essas estruturas podem evocar emoções, transmitir conhecimento e inspirar um senso de identidade e continuidade. No entanto, a pergunta que se coloca é se esse papel de guardião da memória é igualmente representativo para grande maioria daqueles que convivem com determinados patrimônios.

Como objetivo, esse artigo visa discutir o elo entre o patrimônio e a memória coletiva enquanto a formação da concepção de um lugar de memória, para ilustrar a discussão, foi utilizada a Praça Tiradentes, no Rio de Janeiro, e a estátua de Dom Pedro I, que fica na mesma praça. Tais patrimônios, enquanto lugares de memória, precisam de reflexão acerca de sua importância para a sociedade onde existem. Nesse sentido, o trabalho também busca refletir sobre o interesse de tombamento de determinados lugares para levantar o questionamento acerca do alcance da memória no sentido de representar uma coletividade ou apenas um determinado setor da sociedade. Para isso, se faz necessário a análise e a discussão de determinados



conceitos da história, como memória e patrimônio histórico, assim como o conceito de lugar trazido pela geografia, para que se torne possível entender a terminologia *lugar de memória*. Entender a diferença entre um lugar de memórias e memória dos lugares se faz crucial nessa discussão.

Dessa forma, esse trabalho busca gerar uma contribuição para uma compreensão mais profunda das dinâmicas que moldam a relação entre patrimônio histórico e a memória, como também ajudar a identificar desafios e oportunidades para tornar esses lugares de memória mais inclusivos e acessíveis a sociedade.

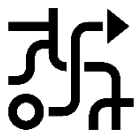
## 2. O lugar: concepções geográficas

O conceito de lugar consolidou-se na Geografia Humanística na década de 1970, com autores como Yi-Fu Tuan, Edward Relph, Anne Buttimer e J. N. Entrikin. Na perspectiva dessa corrente geográfica, Leite (1998) aponta que:

Para os seguidores da corrente humanística, o lugar é principalmente um produto da experiência humana: "(...) lugar significa muito mais que o sentido geográfico de localização. Não se refere a objetos e atributos das localizações, mas à tipos de experiência e envolvimento com o mundo, a necessidade de raízes e segurança" (Relph, 1979). Ou ainda, "lugar é um centro de significados construído pela experiência" (Tuan, 1975). Trata-se na realidade de referenciais afetivos os quais desenvolvemos ao longo de nossas vidas a partir da convivência com o lugar e com o outro. Eles são carregados de sensações emotivas principalmente porque nos sentimos seguros e protegidos (Mello, 1990); ele tanto nos transmite boas lembranças quanto a sensação de lar (Tuan, 1975; Buttimer, 1985b). Nas palavras de Buttimer (1985b, p. 228), "lugar é o somatório das dimensões simbólicas, emocionais, culturais, políticas e biológicas". (LEITE, 1998, p. 10)

Nesse sentido, o lugar não é compreendido no mundo concreto; sua construção é subjetiva e incorporada às práticas do cotidiano. O lugar é forjado através das vivências no espaço que ficam ligadas a uma memória individual. Acerca de como a concepção do lugar se forma, Leite (1998) dialoga com Tuan (1975) e Relph (1979), afirmando que:

Como afirma Relph (1979), os lugares só adquirem identidade e significado através da intenção humana e da relação existente entre aquelas intenções e os atributos objetivos do lugar, ou seja, o cenário físico e as atividades ali desenvolvidas. Nas palavras de Tuan (1975), o lugar "é criado pelos seres humanos para os propósitos humanos". Tuan (1975), afirma ainda que há uma estreita relação entre experiência e tempo, na medida em que o senso de lugar raramente é adquirido pelo simples ato de passarmos por ele. Para tanto seria necessário um longo tempo de contato com o mesmo, onde então houvesse um profundo envolvimento. No entanto, seria possível a um indivíduo apaixonar-se a



primeira vista por um lugar tal qual por uma pessoa (Tuan, 1983). Em contraste, uma pessoa pode ter vivido durante toda a sua vida em determinado local e a sua relação com ele ser completamente irreal, sem nenhum enraizamento. (LEITE, 1998, p.10)

Desse modo, é possível afirmar que a formação do entendimento de lugar parte, primeiramente, da memória, ou seja, a princípio, a memória cria relação afetiva com determinados espaços vividos e, a partir dessa afetividade, vem o lugar. O lugar é a extensão do acontecer solidário, entendendo-se por solidariedade a obrigação de se viver junto. O lugar é então o *locus* do coletivo, do intersubjetivo (SANTOS, 1994 apud ABREU, 1998, p. 10).

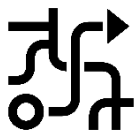
A memória, por sua vez, possui a sua dimensão individual e coletiva, onde, a partir da primeira, se formula a ideia de lugar no âmbito do privado. Já quando partimos para a segunda, sentidos são compartilhados e passam a fazer parte dos lugares, das paisagens e dos significados, fazendo com que esses lugares se tornem portadores de memória, não mais apenas para um indivíduo, mas para toda uma coletividade.

### **3. A História e os lugares de memória**

A memória ocorre espontaneamente no ser humano. Guardamos lembranças em nosso consciente e no subconsciente, as quais constituem nossa memória e fazem parte da nossa história como seres sociais. É no lugar onde a memória do espaço é cristalizada, seja relacionada a uma prática ou a algo físico. Nesse espaço mnemônico, as identidades culturais afloram e trazem seus significados acerca das tradições evocadas pela memória.

Quando se trata da memória, Clio entra em conflito com Mnemósine, apresentando traços opostos entre a história e a memória. Como apontado por Nora (1993):

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. (NORA, 1993, p. 09)



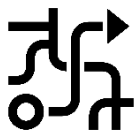
Dessa forma, torna-se possível compreender que a construção da história instrumentaliza o que entendemos como memória e, conseqüentemente, há o surgimento do lugar da memória, que é um espaço repleto de significado no qual a história deseja perpetuar através da transformação desses objetos ou práticas em monumentos. Os lugares da memória irrompem de uma necessidade de criar arquivos e mantêm-se através do sentimento de que não há memória espontânea (NORA, 1993, p. 11).

Para Nora (1993), os lugares de memória possuem três sentidos: material, simbólico e funcional, não necessariamente ocorrendo de forma isolada, e, além disso, podendo acontecer simultaneamente. A aura simbólica do lugar depende das experiências, vivências e das construções sociais que compõem o imaginário singular e coletivo.

O que constitui o lugar de memória parte de um jogo entre a história e a memória, onde, para se afirmar como tal, é preciso primeiramente ter o que o autor chama de "vontade de memória". A partir desse primeiro movimento, evita-se que o lugar seja visto apenas como mais uma fonte de lembrança e passe a possuir mais dos sentidos apontados anteriormente: material, simbólico e funcional. Caso não aconteça esse primeiro movimento, ele passa a ser um lugar de história, pois se esvaziará desses sentidos e sobrarão apenas a lembrança do lugar para ser registrada.

Sendo assim, é possível observar que a memória e a história, mesmo com suas diferenças, se entrelaçam, criando uma apropriação de uma pela outra. Nora (1993), sobre isso, afirma que:

Tudo o que é chamado hoje de memória não é, portanto, memória, mas já história. Tudo o que é chamado de clarão da memória é a finalização de seu desaparecimento no fogo da história. A necessidade de memória é uma necessidade da história. Sem dúvida é impossível não se precisar dessa palavra. Aceitemos isso, mas com a consciência clara da diferença entre memória verdadeira, hoje abrigada no gesto e no hábito, nos ofícios onde se transmitem os saberes do silêncio, nos saberes do corpo, as memórias de impregnação e os saberes reflexos e a memória transformada por sua passagem em história, que é quase o contrário: voluntária e deliberada, vivida como um dever e não mais espontânea; psicológica, individual e subjetiva e não mais social, coletiva, globalizante. Da primeira, imediata, à segunda, indireta. (NORA, 1993, p. 14)



Nesse contexto, podemos observar que isso se constitui de duas grandezas diferentes, mas que atuam em conjunto para a construção de um saber científico. Nas palavras de Catroga (2015):

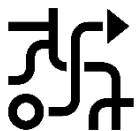
Só um cientismo ingênuo pode aceitar a existência de uma radical separação entre a retrospectiva da memória e a retrospectiva historiográfica, tanto que ambas não são exclusivamente criadas pela imaginação e, ainda que por vias diferentes, aspiram o verossímil, seja por fidelidade ou por veridicção. (CATROGA, 2015, p. 53)

Dentro da sua discussão sobre história e memória, Catroga (2015) evoca a visão de Febvre (1953) e Marrou (1954), que afirmam que a memória sacralizaria as recordações, enquanto o discurso historiográfico construiria uma operação intelectual a partir da desmistificação das interpretações (FEBVRE, 1953; MARROU, 1954 apud CATROGA, 2015, p. 54-55). Chartier (2009) reforça essa colocação da seguinte maneira:

Sem dúvida, entre história e memória as relações são claras. O saber histórico pode contribuir para dissipar as ilusões ou os desconhecimentos que durante longo tempo desorientaram as memórias coletivas. E, ao contrário, as cerimônias de rememoração e a institucionalização dos lugares de memória deram origem repetidas vezes a pesquisas históricas originais. Mas não por isso memória e história são identificáveis. A primeira é conduzida pelas exigências existenciais das comunidades para as quais a presença do passado no presente é um elemento essencial da construção de seu ser coletivo. A segunda inscreve na ordem de um saber universalmente aceitável, “científico”, no sentido de Michel de Certeau. (CHARTIER, 2009, p. 24)

É possível afirmar que tanto a história quanto a memória são representações do passado, no entanto, com um modo operacional diferente. A memória individual, por exemplo, é criada a partir de experiência dos sujeitos que vivenciam experiências variadas, particulares e, por conseguinte, formulam sua memória. A memória coletiva parte de uma comunidade que partilha de uma memória em comum e que a tem como uma memória norteadora da identidade enquanto sujeitos pertencentes daquele lugar de memória. Quando essas memórias coletivas formadoras de uma identidade vão se legitimando como “memória oficial”, deixam de ser memória e se tornam história. Nesse sentido, a história tem esse “Gesto de sepultura” (CATROGA, 2015, p. 55).

Logo, entende-se que os lugares de memória, por mais que estejam relacionados à memória, ainda trazem um distanciamento, e entender isso é indispensável na concepção de lugar pela ótica da Geografia. De acordo com Tuan



(1983), a formação do lugar de memória depende da relação de experiências que se vivenciou em determinado espaço.

Logo, apresentado questões sobre o entendimento acerca do lugar e memória definidos já adentrando na discussão acerca de lugares de memória, torna-se possível discutir a proposta que norteia esse artigo: o elo entre os lugares de memória e as memórias dos lugares.

#### **4. A cidade, o lugar e a memória**

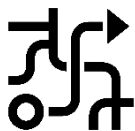
A cidade, além do espaço ocupado, é palco de tensões sociais. É o espaço onde ocorrem movimentos de mudanças, transformações políticas, reivindicações, tomadas de decisões. Acerca da cidade, Abreu (1998) define: “A cidade é uma das aderências que ligam indivíduos, famílias e grupos sociais entre si. Uma dessas resistências que não permitem que suas memórias fiquem perdidas no tempo, que lhes dão ancoragem no espaço.” (ABREU, 1998, p. 14).

Para ter toda essa interação, esse espaço é habitado, pertencido, e nele surgem, por exemplo, as edificações, tombadas ou não, e os patrimônios arquitetônicos. Os cidadãos que outrora atribuíram memórias afetivas àqueles lugares irão, ao longo de sua trajetória na cidade, formar memórias coletivas, transmitidas, e essas ficarão atreladas aos espaços vividos, gerando pertencimento e, com isso, a concepção de lugar.

Nesse contexto, Pesavento (2008) desenvolveu uma narrativa pertinente sobre o centro das cidades. As cidades, e em especial os seus centros, são tidas como lugares de memória, como apresenta a autora:

A definição, no caso, parte de uma referência espacial, ou seja, geográfica e de dimensão física: o centro é o núcleo original, o ponto de partida nodal e uma aglomeração urbana. O centro é, pois, o marco zero de uma cidade, o local onde tudo começou, o seu núcleo de origem. Assim sendo, o centro é um espaço privilegiado no tempo. (PESAVENTO, 2008, p. 04)

De acordo com ela, é a partir do centro que a cidade desenvolve os seus mecanismos sociais, políticos, econômicos e culturais. O centro da cidade compõe parte da paisagem urbana e é o local de vivência não só daqueles habitam a cidade, mas também daqueles que estão apenas de passagem pela localidade.



A partir dessas vivências, as identidades são criadas, sendo um movimento de duplo sentido. Os habitantes e transeuntes criam suas identidades em relação à cidade e às experiências, enquanto o imaginário ajuda a compor a memória coletiva do lugar, transformando o centro em um lugar de memória. Tal memória tende a circular através da sociedade pelo imaginário, que são construídos desde experiências vividas no lugar até a relatos ouvidos sobre determinado lugar. Sobre o imaginário da cidade, Ferrara (1997) apresenta que:

[...] o imaginário corresponde à necessidade do homem produzir conhecimento pela multiplicação do significado, atribuir significados a significados; suas produções não são únicas, mas se acumulam e passam a significar mais por um processo associativo onde um significado dá origem a um segundo ou terceiro e, assim, sucessivamente. Pelo imaginário, a imagem urbana – locais, monumentos, emblemas, espaços públicos ou privados – passa a significar mais pela incorporação de significados extras e autônomos em relação à imagem básica que lhes deu origem. (FERRARA, 1997. p. 194)

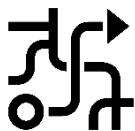
Esse significado originário, mencionado pela autora supracitada, pode vir com um sentimento de nostalgia acerca dos espaços. Tal sentimento faz parte do imaginário dos lugares e se faz necessário para a crítica do novo modelo técnico das cidades modernas. De acordo com Bresciani (1997):

[...] a nostalgia das antigas praças irregulares e simétricas em sua irregularidade, praças que não são lugares de passagem ou entroncamento de ruas, mas simplesmente lugares onde as pessoas sabem que poderão encontrar-se e se identificar-se enquanto habitantes daquela cidade. Lugares, pois, onde os edifícios públicos simbolizam a identidade coletiva, reenviam ao homem a imagem de sua própria liberdade; sem dúvida resíduo arcaico do tempo em que os habitantes das cidades compravam sua liberdade, em que o habitante das cidades livres contrastava com a servidão do homem do campo. Nostalgia necessária para compor a crítica ao “funesto sistema de blocos de edifícios” e ao caráter desfigurado (sem rosto próprio) da cidade moderna, lugar onde o homem, ao invés de destacar-se pelo dom da boa oratória, se aproxima e se assemelha às máquinas (BRESCIANI, 1997. p. 20)

Nesse sentido, a formação da concepção de lugar no sujeito depende de um conjunto de fatores relacionados à dinâmica da cidade para poder acontecer. Um desses fatores está ligado à valorização das memórias dos lugares, o que se torna progressivamente mais difícil devido ao processo de globalização.

O avanço da globalização ocasiona uma expansão da ideia de lugar. A homogeneização dos vários lugares ocasiona um grande problema quando não há uma valorização do passado e um estímulo para a elaboração da história dos lugares,





provocando o esquecimento e o esvaziamento da individualidade do lugar. Nesse sentido, Abreu (1998) aponta:

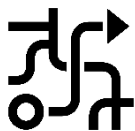
Com efeito, foi a partir da Ilustração que as sociedades ocidentais passaram a redirecionar a sua visão de mundo, antes orientada para a "grandeza" e a "majestade" do passado, transferindo seu foco de atenção para o "futuro", para o "progresso". Olhar com reverência para o passado passou a ser visto, a partir de então, como sinônimo de saudosismo ou como atitude tipicamente reacionária, uma associação de idéias que só tendeu a ampliar o seu escopo com o tempo. Era para o futuro, e não para o passado, que as sociedades deveriam olhar! (ABREU, 1998, p. 06)

O movimento de modernização também progrediu em paralelo. No entanto, essa modernidade é ditada através de uma ideia de progresso de uma elite conservadora detentora do poder, que sempre está "em busca do novo". Benjamin (2021) aponta que "o moderno se opõe ao antigo, o novo ao sempre igual" (BENJAMIN, 2021, p. 179). Dessa forma, o moderno é algo mais profundo, não sendo apenas, portanto, o que se entende no saber comum de "novidade". Ao trazer as reflexões sobre *As flores do mal* de Baudelaire, Walter Benjamin consegue aprofundar-se nesse conceito. O autor afirma que:

Em Baudelaire, o "moderno" não assenta única e principalmente na sensibilidade. Nele exprime-se uma espontaneidade suprema; a modernidade é em Baudelaire uma conquista, tem uma armadura. Parece que só Jules Laforgue viu isso, ao falar do "americanismo" de Baudelaire. (BENJAMIN, 2021, p. 158)

Todavia, a "conquista" da sociedade, como aponta Baudelaire, não é uma conquista pacífica, uma vez que acontece através de conflitos para que se estabeleçam as mudanças em meio social, político, econômico e cultural. Benjamin aponta para uma armadura sob posse da modernidade, que, segundo o autor, se trata da alegoria do poder transformador dessa modernidade (BENJAMIN, 2021, p. 179). Dessa forma, para esclarecer o significado dessa alegoria, Benjamin retoma a Baudelaire e afirma que: "A alegoria de Baudelaire – ao contrário da do Barroco – traz as marcas da cólera, indispensável para arrombar as portas deste mundo e deixar em ruínas as suas contribuições harmoniosas." (BENJAMIN, 2021, p. 168).

Posto isto, de acordo com a visão de Benjamin (2021), a modernidade veio para transformar, de maneira violenta, a cidade e todo o seu contexto. O fazer e o viver a cidade mudou de forma drástica o cotidiano, as experiências e as memórias; estas,



portanto, passariam a sofrer mudanças com a mesma marca da cólera causada pela chegada da modernidade.

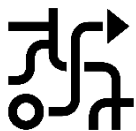
Nessa conjuntura, o "velho" é abandonado para dar lugar ao "novo". No entanto, por muitas vezes não houve a cautela ao registrar a memória dos lugares, gerando uma lacuna na sua história e um esvaziamento do lugar, tendo como consequência a anulação de suas memórias. Abreu (1998) cita exemplos de cidades que hoje sustentam posições de baluartes e bastiões da memória e do patrimônio nacional, todavia, nada (ou quase nada) são de fato estruturas que transpareçam a verdadeira origem de determinados centros urbanos.

Essa busca desesperada pelo novo, marcante principalmente entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do XX, ocasionou uma crise de memória, uma vez que as cidades estavam se esvaziando de significado e identidade própria. A busca pelo novo não respeitou a heterogeneidade da memória, que, diferentemente dos parâmetros da globalização, a sua forma coletiva não é homogênea, como aponta Abreu (1998):

Mas a cidade não é um coletivo de vivências homogêneas. Para definir o que seria a memória das cidades, nossa categoria de análise não pode ser a população. O que faz com que surja uma memória grupal ou social, referida a algum lugar, é o fato de que aquele grupo ou classe social estabeleceu ali relações sociais. Essas relações, entretanto, podem ser de dominação, de cooperação ou de conflito, e variam tanto no tempo como no espaço. Consequentemente, a vivência da cidade dá origem a inúmeras memórias coletivas, que podem ser bastante distintas umas das outras, mas que têm como ponto comum a aderência a essa mesma cidade. (ABREU, 1998, p. 14)

Diante desse problema gerado pela elite conservadora e pela expansão da ideia de lugar ocasionada pela globalização, surge a necessidade da busca das memórias da cidade para entender o seu passado e ter o pertencimento gerado através desse processo. Sendo assim, é através desse impulso ocasionado pela crise de memória das cidades que se buscou valorizar o passado desses espaços. Essa crise poderia ser sanada através da recuperação do tempo e do espaço.

Uma construção de uma "memória da cidade" e não de uma "memória urbana" precisa acontecer para que se recupere o que se perdeu, por isso a importância da valorização do passado. Para compreender a memória da cidade, é importante



ressaltar que a memória coletiva atrelada aos espaços da cidade não é homogênea, uma vez que ela não segue o parâmetro de globalização.

##### **5. A cidade, os seus patrimônios e a manipulação da memória por parte de uma elite dominante**

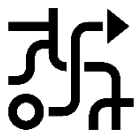
Entende-se que a memória das cidades está cristalizada em seus patrimônios, dentre eles, os arquitetônicos. No entanto, ao circular nos centros urbanos brasileiros, percebe-se que a grande maioria das estruturas arquitetônicas que são tombadas como patrimônio histórico são aquelas atreladas a uma elite dominante, antiga e que por muitas vezes perduram no poder. Nesse sentido, é importante entender o patrimônio como uma manifestação de poder simbólico de determinada camada social. No que diz respeito aos poderes que envolvem o patrimônio em seu processo de patrimonialização, Silva (2019), ao dialogar com Llorenç Prats (1998) argumenta que:

[...] na utilização social da noção de patrimônio cultural se produz uma confusão recorrente (o antigo e o moderno, o uso e o desuso, o material e o imaterial, o original e a cópia, a musealização da realidade, a fragmentação disciplinar e a globalidade da experiência) que o mesmo entende que se deve ao fato de que sob esta denominação se engloba três processos distintos, ainda que em alguns pontos complementares, que obedecem interesses igualmente distintos, ainda que também em algumas vezes convergentes, de caráter, respectivamente, político, econômico e científico. (PRATS, 1998 apud SILVA, 2019, p. 356)

Dessa forma, pode-se dizer que esses processos que envolvem o patrimônio e a patrimonialização adentram em um amplo debate sobre a representação, o poder simbólico e como esses dois estão envolvidos com a memória preservada da sociedade.

O patrimônio está completamente envolvido pela representação: a configuração das edificações tombadas, as estátuas e entre outras várias estruturas trazem consigo vários aspectos simbólicos que remontam a cultura de determinado espaço. As práticas sociais em diferentes locais nos remetem a uma visão de vários aspectos a serem analisados e essas simbologias contidas na sociedade.

Esses patrimônios remetem a uma memória de uma determinada sociedade, mas é interessante discutir sobre qual parcela da sociedade tem sua memória preservada através dos processos de patrimonialização. A partir dessa linha de



pensamento, torna-se interessante acrescentar que o patrimônio representado é construído por um grupo que compõe a sociedade e que fazem reconhecer sua identidade social através de formas institucionalizadas de poder. Roger Chartier (1991) nos traz que:

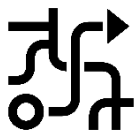
Esse retorno a Marcel Mauss e Emile Durkheim e à noção de “representação coletiva” autoriza a articular, sem dúvida melhor o conceito de mentalidade, três modalidades de relação com o mundo social: de início, o trabalho de classificação e de recorte que produz configurações intelectuais múltiplas pelas quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõe uma sociedade; em seguida, as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; enfim, as formas institucionalizadas e objetivadas em virtude das quais “representantes” (instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpétuo a existência do grupo, da comunidade ou da classe. (CHARTIER, 1991. p. 183)

Interessante observar que Chartier (1991) articula dessa maneira a representação através das mentalidades que constroem uma identidade social representada através de grupos sociais que possuem uma posição simbólica de poder, um poder simbólico mantido por uma cultura dominante que impõe suas visões de mundo para os dominados.

À vista disso, a representação contida no patrimônio passa a ser ditada, em sua grande maioria, por uma cultura dominante. Sobre o poder simbólico, Bourdieu (1989) aponta:

A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções. (BOURDIEU, 1989. p. 10)

Posto isso, a cultura dominante necessita manipular a mentalidade das classes dominadas através da legitimação do seu poder simbólico. O poder não é palpável, ele é algo representado que necessita da legitimação da sociedade para ter a sua existência. Um poder sem legitimação não cumpre a sua função de dominar. Dessa maneira, as representações impostas pelos dominantes também precisam de certa legitimação do coletivo para poder passar a existir.



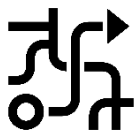
No entanto, Chartier (1991) aponta que essa seria só uma das vias que demonstram como ocorre a construção das identidades sociais, essa seria através da “relação de força entre as representações impostas pelos que detêm o poder de classificar e nomear e a definição, de aceitação ou de resistência, que cada comunidade produz de si mesma (CHARTIER, 1991. p. 183). A outra via aponta para um recorte social que compreende a representação que cada grupo oferece de si mesmo, reconhecendo a sua existência e demonstrando a sua unidade e particularidade. O autor aponta que:

Ao trabalhar sobre as lutas de representação, cuja questão é o ordenamento, portanto a hierarquização da própria estrutura social, a história cultural separa-se sem dúvida de uma dependência demasiadamente estrita de uma história social dedicada exclusivamente ao estudo das lutas econômicas, porém opera um retorno hábil também sobre o social, pois centra a atenção sobre as estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um ser-percebido constitutivo de sua identidade. (CHARTIER, 1991. p. 183)

As estruturas sociais e a relação das estratégias simbólicas apontadas por Chartier (1991) tem conexão com as de Bourdieu (1989): as estratégias simbólicas utilizadas por cada classe, grupo ou meio são estruturantes, pois trata-se de instrumentos de conhecimento e comunicação, dessa forma, exercem o poder simbólico que estrutura por ser estruturado (BOURDIEU, 1989. p. 09). Nas palavras de Bourdieu (1989):

O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo a que Durkheim chama de *conformismo lógico*, quer dizer, “uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências” [...] Os símbolos são os instrumentos por excelência da “integração social”: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação (cf. a análise durkheimiana da festa), eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração “lógica” é a condição da integração “moral”. (BOURDIEU, 1989. p. 10)

Os patrimônios edificados estão imersos em vários símbolos de poder, carregando consigo uma forte representação de uma classe ou grupo dominante que exerce/exerceu determinado poder simbólico. Ora, basta atentar para a quantidade de ruas e monumentos com nomes de pessoas que foram, em um determinado tempo, detentoras do poder e dessa maneira acabam por ocupar um espaço de



representação no ambiente citadino e muitas dessas estruturas se tornam patrimônios, perpetuando a legitimação do poder simbólico.

É necessário atentar também para os signos culturais que o patrimônio acaba se tornando, tais signos acabam por representar valores culturais de determinada classe social, aquela que impõe sua cultura e acabam sendo estruturantes. Toda essa representação através dos símbolos e dos signos torna necessário também abordar sobre o imaginário que circunda o patrimônio.

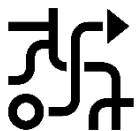
Tanto a questão da representação quanto o poder simbólico em um certo momento precisa ser pensado, imaginado, uma pulsão criadora precisa surgir nos sujeitos, esta imaginação criadora é o imaginário, que de acordo com Pesavento (1995), não se trata de um ensaio do real, mas evocação que dá sentido as coisas. Portanto, quando se pensa no patrimônio e todas suas representações imbuídas em poderes simbólicos, o imaginário se faz presente nessas manifestações.

A imaginação simbólica acerca dos artefatos mostra a ideia que está inserida no objeto ou na prática. Tal ideia imaginada, constrói uma estrutura de significação de sentidos. Pesavento (1995) afirma que pensar nessas questões simbólicas das imagens remete à noção de alegoria, de acordo com a autora:

Ora, a questão de natureza simbólica das imagens remete à noção de alegoria: a imagem é, pois, a revelação de uma coisa que não ela própria. Pensar alegoricamente implica referir-se a uma coisa mas apontar outra, para um sentido mais além. Mais do que isso, implica realizar a representação concreta de uma ideia abstrata. Subjacente ao que se vê, se lê ou se imagina, a alegoria comporta um outro conteúdo. (PESAVENTO, 1995. p. 22)

Dessa maneira, pode-se afirmar que todas as representações simbólicas dos patrimônios culturais da sociedade estão ligadas ao imaginário coletivo. No entanto, é necessário ressaltar que o simbolismo construído pela sociedade não é estruturado de maneira livre, ele está sob responsabilidade das, como diria Bourdieu (1989), estruturas detentoras desse poder simbólico. O processo de formação do imaginário coletivo contém manifestações e interesses precisos, é necessário ressaltar que o imaginário social é uma das forças regularizadoras da vida coletiva, normatizando condutas e pautando perfis adequados ao sistema (PESAVENTO, 1995. p. 23).

Sendo assim, percebe-se que ao observar as estruturas e as práticas que se tornam patrimônios, por muitas vezes nos perguntamos qual a função delas na nossa



sociedade. Um ponto a ser discutido é se essas práticas e objetos tem mesmo uma função ou são apenas mantidos para a manutenção do poder ou a perpetuação de uma memória romantizada do passado.

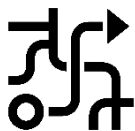
Nesse sentido, Oliveira (2002, p. 24) destaca que, um dos papéis cruciais atribuídos à história é o estudo da memória relacionada à preservação do patrimônio histórico existente. Independentemente da concepção de história que tenha moldado esse patrimônio, é importante reconhecer que a memória associada a ele, preservada em sua materialidade, é o resultado de escolhas intencionais e preestabelecidas, feitas para promover uma narrativa histórica específica que se deseja incorporar ao imaginário social por meio do processo de patrimonialização.

É importante enfatizar que a memória está enraizada em elementos concretos, como espaços, gestos, imagens e objetos. Sendo assim, é possível afirmar que o patrimônio histórico, seja ele material ou imaterial, serve como um suporte para memórias, incorporando fragmentos, emoções, saberes e fazeres vivenciados tanto individualmente quanto coletivamente em contextos específicos (OLIVEIRA, 2002, p. 27).

No entanto, como dito anteriormente, ao falar sobre a relação da representação do poder simbólico contida no patrimônio, é importante destacar que a memória preservada nem sempre tem o mesmo significado para a comunidade que rodeia determinado patrimônio em comparação com o grupo que o determinou como tal.

Nesse sentido, é importante destacar as instituições de poder, que governam as comunidades, tanto politicamente quanto intelectualmente. Isso se relaciona com o conceito de "enquadramento da memória", conforme proposto por Pollak (1999). O autor argumenta que existe uma dinâmica de violência simbólica imposta à comunidade ou grupo social por aqueles que manipulam a memória, transformando-a em uma ferramenta de poder. Nesse sentido, o autor sugere que uma memória coletiva que seja fortemente moldada como nacional pode refletir uma intenção do Estado em manter a coesão e um sentimento de pertencimento do grupo dominante em relação aos outros membros da sociedade. Portanto, Pollak considera mais apropriado usar o termo "memória enquadrada" em vez de "memória coletiva".

O enquadramento da memória não se limita apenas ao trabalho das instituições de poder; o próprio grupo ao qual a memória pertence também desempenha um papel



fundamental nesse processo. Isso ocorre porque o grupo tem a necessidade de manter a ordem, a unidade e a continuidade da memória que é cultivada internamente, assim como a imagem que possui de si mesmo (POLLAK, 1999, p. 10).

Para alcançar esse enquadramento efetivo da memória, Pollak destaca que objetos materiais, como monumentos, museus e bibliotecas, desempenham um papel crucial, pois consolidam as memórias. Esses locais servem como pontos de referência que fornecem indícios de uma época passada.

## **6. O lugar de memória e a memória dos lugares**

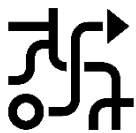
Entendendo que a partir da memória, do lugar e de suas relações com o patrimônio histórico, é possível afirmar uma vez que para um indivíduo reconhecer um espaço como um lugar de memória, se faz necessário que ele tenha em seu acervo de vivências e experiências, memórias de afeto com determinado espaço para que ele seja assim considerado e reivindicado um lugar de memória.

As memórias dos lugares, são grandezas que existem independente da vivência das pessoas em relação aos espaços, partem da reflexão de dar a um objeto inanimado, um sentido humano, o de guardar memórias, como se os objetos testemunhassem a história. Dizem respeito a todas as vivências que ocorreram em determinado espaço e em determinada temporalidade, são eventos que ocorreram independente de pessoas lembrarem ou não. São essas memórias que a patrimonialização busca tornar ao estabelecer uma “imortalização da estrutura”. No entanto, como foi discutido até aqui, esse tipo de memória pode ter sido manipulado por uma elite econômica e intelectual dominante, que busque enquadrar a memória coletiva de uma sociedade em seus próprios moldes.

Dessa forma, a memória desse lugar o torna um lugar de memória para determinada parcela da sociedade, aqueles que a moldaram. Porém, para grande parte da população, tais estruturas serão apenas simples construções, seja um edifício ou uma estátua, podem lembrar a homenagem, mas não vão ter o afeto gerado ao estar ali, ou seja, para essas pessoas, não haverá a formulação de um lugar de memória de maneira efetiva.

As estátuas são objetos válidos para serem instrumentalizados de acordo com o que é discutido até aqui. Cunhadas há décadas e algumas até há séculos, boa parte





das estátuas buscam eternizar personagens da história que ocuparam cargos de relevância em determinados momentos da história de determinada nação. No entanto, é possível perceber, ao analisar com uma ótica mais crítica, que muito desses personagens foram homenageados em determinados monumentos de maneira a serem enaltecidos como heróis nacionais, mesmo que ao analisar profundamente suas passagens na história, muitos estão longe de serem o que se considera um “herói”. Monumentos são ferramentas da memória, servem para eternizar e lembrar determinado acontecimento para todos que os observam. As estátuas, ao serem vistas como monumentos, adquirem esse mesmo estatuto, de ser guardião de determinada lembrança. De acordo com Françoise Choay (2017), ao definir monumento, a autora afirma que:

Em primeiro lugar, o que se deve entender por monumento? O sentido original do termo é o do latim *monumentum*, que por sua vez deriva de *monere* (“advertir”, “lembrar”), aquilo que traz à lembrança alguma coisa. A natureza afetiva do seu propósito é essencial: não se trata de apresentar, de dar uma informação neutra, mas de tocar, pela emoção, uma memória viva. Nesse sentido primeiro, chamar-se-á monumento tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios ritos ou crenças. A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. Não apenas ele trabalha e a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma que lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse presente. Mas esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar. Para aqueles que edificam, assim como para os destinatários das lembranças que veiculam, o monumento é uma defesa contra o traumatismo da existência, um dispositivo de segurança. O monumento assegura, acalma, tranquiliza, conjurando o ser do tempo. Ele constitui uma garantia das origens e dissipa a inquietação gerada pela incerteza dos começos. Desafio à entropia, à ação dissolvente que o tempo exerce sobre todas as coisas naturais e artificiais, ele tenta combater a angústia da morte e do aniquilamento. (CHOAY, 2017, p.17-18)

Entendendo o monumento, percebe-se que ele tem um objetivo louvável para a manutenção da memória das comunidades. Ainda assim, cabe adicionar que, por ser um objeto que se origina na sociedade e de origem humana, o monumento nunca é livre de intencionalidades. Nesse sentido, os monumentos sempre buscarão representar valores determinados previamente por aqueles que o originaram, fazendo assim, uma manipulação de memória.

Tomando, como exemplo de análise, a estátua de D. Pedro I que se encontra na Praça Tiradentes, no centro da cidade do Rio de Janeiro, é possível perceber como essa manipulação de memória, por parte de uma elite social, para formação de lugares de memória acontece. Monumento que, inclusive, no bicentenário da Independência do Brasil, foi vítima de ataques por uma parcela da população que não aceitava a representação proposta. Tais ataques demonstram que nem toda população aceita a versão da memória que se buscou eternizar em determinada estrutura e dessa forma partiu para a violência contra a estrutura como forma de protesto contra os símbolos e os significados que eles carregam e buscam representar.

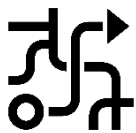
Imagem 1: Estátua de D. Pedro I localizada na Praça Tiradentes.



Fonte: *ipatrimônio*<sup>1</sup>

---

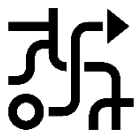
<sup>1</sup> Disponível em: <https://www.ipatrimonio.org/rio-de-janeiro-monumento-a-dom-pedro-i/#!/map=38329&loc=-22.90695400000017,-43.182824,17>. Acesso em: 20 de setembro de 2023.



Inaugurada em 1862, o monumento buscou enaltecer Dom Pedro I pelo ato de 07 de setembro de 1822 que levou o Brasil à sua independência. Na estátua é possível observar Dom Pedro I em posição heroica, montado em seu cavalo e erguendo a constituição, de forma que aparenta estar se vangloriando do documento e exibindo para espectadores. Na base do monumento, é possível observar várias representações de indígenas, armados e em posições subalternas, aparentam até estar protegendo o seu dominador.

No caso desse monumento, tanto ele em si como a praça que o abriga são casos de, como dito por Pollak, enquadramento de memória. Ao se forjar um herói, busca-se representá-lo com valores que ocasionem admiração pela população, para que tal personagem seja lembrado por todos como aquele que lutou por ideais nobres e que contribuiu para o bem de uma nação. No caso de Dom Pedro I, as movimentações que foram feitas em seu entorno foram com objetivo de eternizá-lo como o principal autor do processo de Independência do Brasil, tornando assim essa memória excludente, uma vez que não integra junto a narrativa a importância dos conflitos que desencadearam após a proclamação. Há de se considerar que um líder, que detém o poder político de determinado espaço, ao proclamar uma ruptura, tem seu grau de importância, no entanto, os conflitos que ocorrem até a conquista dessa independência também possuem uma importância igual ou até maior que a própria proclamação.

Não apenas a estátua, mas a praça onde foi colocado o objeto também possui um nome em que se buscou gerar um enquadramento de memória: Tiradentes, como era chamado o alferes Joaquim José da Silva Xavier. Tendo grande participação na Inconfidência Mineira, em 1789, e sendo executado em 1792, Tiradentes passa a ser consagrado como herói nacional após a Proclamação da República, cem anos depois. É válido ressaltar que no período da inconfidência em questão, a concepção de Brasil enquanto nação ainda não era presente na população da colônia, sendo assim, o evento ocorre com objetivo separatista que envolvia apenas a capitania de Minas Gerais. Além disso, Tiradentes foi utilizado pelos membros das elites, que lideravam o movimento, como um elo com as camadas mais baixas, para buscar uma adesão heterogênea para o movimento. A execução de Tiradentes foi tomada como simbólica, uma vez que os demais líderes foram poupados da pena de morte e para o alferes,



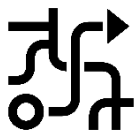
diante da sua posição social, a punição foi severa. Tal ação possibilitou que a narrativa de exaltação de Tiradentes como um mártir pudesse ganhar relevância para ser utilizado pela historiografia da gênese da República brasileira.

Nesse ponto, é necessário destacar que no momento de proclamação, a República brasileira carecia de heróis nacionais para simbolizar o republicanismo em contraposição aos tempos de monarquia. Dessa maneira, a figura de Tiradentes passa a ser utilizada como uma representação do anseio separatista dos brasileiros em relação à coroa portuguesa.

Tais estratégias de enquadramento de memória fazem com que a memória coletiva seja capturada, ou seja, dita de uma forma que determinada camada social planejou transmitir para o futuro.

Dessa forma, a historiografia do início do século XX buscou construir nesses personagens citados, representações nacionalistas, possuindo dois exemplos clássicos: a versão dos monarquistas, com a exaltação de D. Pedro I como bastião da independência de uma nação, que continuou nas mãos de um monarca português que governava para uma elite, e a de Tiradentes como representante da República Federativa do Brasil, mesmo que o alferes tenha lutado pela separação de apenas uma capitania e que teve um trágico fim, abandonado pelos outros líderes que eram membro das elites locais.

Perceber, nesse monumento que foi trazido como exemplo, a execução do enquadramento de memória, como manipulação de uma memória coletiva e, a partir disso, desconstruir a narrativa imposta e perpetuada, por alguns patrimônios históricos (estátuas, praças, edificações), como forma de recuperar essa memória coletiva faz parte do ofício do historiador. O monumento, composto por estátuas, além de um patrimônio histórico, também é um documento, pois também traz uma documentação do passado e uma interpretação sobre ele. Nesse sentido, da maneira como todos os documentos que o historiador analisa, as estátuas também devem ter suas intencionalidades e funções questionadas. É a crítica ao documento enquanto monumento, como disse Le Goff (1990):

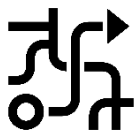


O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor o futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo. [...] É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos. (LE GOFF, 1990, p. 548-549)

Desmontar esses documentos, como sugere Le Goff, é desestruturar a ordem vigente que impôs suas representações de poder na concepção dos patrimônios históricos. É uma ação que os historiadores buscam com o movimento decolonial, reestruturar as narrativas impostas por uma historiografia feita da elite para a elite, com o objetivo de representar a identidade da sociedade com maior precisão.

Sendo assim, é possível afirmar que a formação dos lugares de memória, através dos patrimônios históricos, se torna mais abrangente a partir do momento em que essa recaptura da memória coletiva é feita. Voltando a estátua de D. Pedro I, no Rio de Janeiro, é perceptível que ela não atua como um lugar de memória para grande parte dos povos indígenas, mas sim para uma elite dominante que foi conivente com os governantes que perpetuaram determinados privilégios para essa camada detentora do poder. Os lugares de memória precisam ter representações heterogêneas porque a sociedade é plural, suas memórias possuem óticas diferentes e nunca homogêneas, logo, não faz sentido um patrimônio histórico, enquanto guardião de memória, representar apenas a visão de apenas uma camada da sociedade

Logo, para a formação de lugares de memórias mais eficientes em relação ao alcance da sua representação para a sociedade, não se torna necessárias ações radicais como destruir os objetos ou escondê-los, mas sim ressignificá-los de forma que uma parcela maior da sociedade se sinta representada por seus patrimônios históricos. Feito isso, a memória coletiva será recapturada e o enquadramento de memória, que havia sido estruturado anteriormente, será desarticulado, ocasionando a formação de não apenas um, mas sim vários lugares de memória.

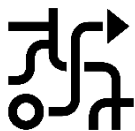


## 7. Considerações finais

Por fim, entende-se que uma estrutura antiga pode ser valorizada como patrimônio, tanto por sua relevância como obra arquitetônica quanto por seu significado histórico, ou mesmo por preservar vestígios de uma memória coletiva. Não é estritamente necessário que esses bens culturais possuam um apelo estético notável, uma vez que a destruição de edifícios antigos pode evidenciar a tentativa de apagar determinada memória, enquanto a preservação de outros elementos pode favorecer a perpetuação de memórias consideradas importantes.

A importância das memórias é relativa, mas ainda assim deve ser considerada para a manutenção correta dos lugares de memória. Apenas conhecendo de maneira consciente a memória dos lugares é que se tem a noção da importância dos lugares de memória para uma sociedade. Nesse sentido, deve-se atentar para a preservação desses lugares, que não deve se limitar às construções mais esteticamente impressionantes ou grandiosas, aquelas que seguem os estilos arquitetônicos proeminentes ou que representam marcos do poder sociopolítico e econômico de seus construtores. É igualmente relevante considerar a preservação de edificações que se harmonizem com as memórias dos grupos, que evocam lembranças significativas para as pessoas, independentemente de sua aparência imponente. Essas estruturas podem ter um valor cultural profundo para as comunidades locais e devem ser apreciadas como parte integrante de sua memória histórica.

Para que o patrimônio histórico seja verdadeiramente reconhecido como parte integrante da memória e da identidade histórica, tanto pelos grupos que vivem em sua proximidade quanto pelas comunidades que o mantêm e utilizam, é crucial que essas sociedades compreendam e se apropriem desse patrimônio. Isso requer uma compreensão do processo pelo qual um objeto se torna patrimônio e quem o designa como tal. Além disso, é fundamental abordar questões relacionadas à utilidade, existência e preservação desses bens culturais, permitindo que as pessoas se envolvam ativamente na proteção do patrimônio histórico de sua região. Nesse contexto, a educação patrimonial desempenha um papel significativo, pois é essencial conscientizar a população sobre a importância da preservação do patrimônio histórico e envolvê-la nesse processo.



Para que isso se torne viável, é fundamental a implementação de políticas públicas que não se limitem à conservação dos bens patrimoniais, mas também busquem uma efetiva integração dos cidadãos nesse processo de preservação. Nesse contexto, a inclusão de disciplinas como Educação Patrimonial e História Local se revela de grande importância. Embora não possam ser consideradas como solução definitiva para a preservação do patrimônio, essas disciplinas desempenham um papel significativo ao promover novas perspectivas sobre a história local.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício. Sobre a Memória das cidades. *Revista Território*. v. 3, n. 4, p. 5-26, jan./jun., 1998.

ALVARENGA, André. Lugar e memória: cenários. *GEOgraphia*, v. 19, n. 41, p. 97-109, set./dez., 2017.

BENJAMIN, Walter. *Baudelaire e a modernidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre o poder simbólico*. In: BOURDIEU, Pierre et al. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRESCIANI, Maria Stella. *Cidade, cidadania e imaginário*. In: SOUZA, Célia Ferraz; PESAVENTO, Sandra Jatahy (Orgs.). *Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS. 1997. p. 13-24.

\_\_\_\_\_. *Cidade, cidadania e imaginário*. In: SOUZA, Célia; CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

BUTTNER, A. *Hogar, Campo de Movimiento y sentido del Lugar*. In: *TEORIA Y MÉTODO EN LA GEOGRAFIA ANGLOSAJONA*. Maria Dolores Garcia Ramón (org.), Barcelona, Ariel. 1985. p. 227-241.

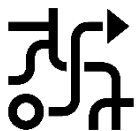
CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2009.

\_\_\_\_\_. *O mundo como representação*. *Estudos avançados*, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. 6ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2017.

FEBVRE, Lucien. *Combats pour l'histoire*. Paris: Armand Colin, 1953.



FERRARA, Lucrécia. *Cidade: imagem e imaginário*. In: SOUZA, Célia; PESAVENTO, Sandra. *Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1997, p. 193-204.

LE GOFF, Jacques. *Documento Monumento*. In: *História e Memória*. São Paulo: Editora da UNICAP, 1990.

LEITE, Adriana Filgueira. O Lugar: Duas Acepções Geográficas. *Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ*. Rio de Janeiro, Volume 21, p. 9-20, 1998.

MARROU, Henri-Irénée. *De la connaissance historique*. Paris: Seuil, 1954.

NOGUEIRA, Antônio. O campo do patrimônio cultural e a história: itinerários conceituais e práticas de preservação. *Antíteses*, v. 7, n. 14, p. 45-67, jul. - dez. 2014.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*. São Paulo, 10, 7-28, 1993.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. *Memória, história e patrimônio histórico: políticas públicas e a preservação do patrimônio histórico*. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. *Revista brasileira de História*, v. 15, n. 29, p. 9-27, 1995.

\_\_\_\_\_. *Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1997, p. 13-20.

\_\_\_\_\_. Cidade, espaço e tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano. *Cadernos do LEPAARQ – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio*. Pelotas, v. 2, n. 4. 2005. p. 09-17.

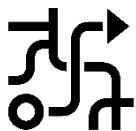
\_\_\_\_\_. História, Memória e Centralidade Urbana. *Revista Mosaico*, v.1, n.1, p.3-12, jan./jun., 2008.

PRATS, Llorenç . El concepto de patrimonio cultural. *Política y Sociedad*, n. 27, p. 63-76, 1998. Disponível em: <<http://www.antropologiasocial.org/contenidos/publicaciones/otautores/prats%20el%20concepto%20de%20patrimonio%20cultural.pdf>>

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, v. 2, n. 3, 1999, p. 3-15.

RELPH, Edward. As bases fenomenológicas da Geografia. *Geografia*, Rio Claro, v. 4, n. 7. 1979. p. 01-25.





SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo*. São Paulo: Hucitec. 1994.

SILVA, Danilo. O conceito de patrimônio cultural de Llorenç Prats e o contexto da comunidade pomerana da Serra dos Tapes: algumas relações possíveis. *Patrimônio e Memória*. Assis, SP, v. 15, n. 2, p. 335-373, julho-dezembro de 2019.

TUAN, Yi-Fu. Place: an experiential perspective. *Geographical Review*, v. 65, n. 2. 1975. p. 151-165.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e Lugar*. São Paulo: Difel, 1983.

Recebido em 14/09/2024

Aprovado em 10/07/2023